



ARTIGO

**A FAZENDA DO CENTRO
NA IMPRENSA E NA
HISTORIOGRAFIA
CAPIXABA (1845-1900)**

Maria Aparecida Stelzer Lozório

Especialista em Gestão Pública (Ifes); Bacharel em Biblioteconomia (Ufes); Graduanda em História (Ufes), aluna de Iniciação Científica do Laboratório Saberes e Sabores, tendo como Orientadora a Prof.^a Dr.^a Patrícia Maria da Silva Merlo.

Maria Carolina Stelzer Campos

Graduanda em História (Ufes), aluna de Iniciação Científica do Laboratório de História Regional do Espírito Santo e Conexões Atlânticas (LACES-Ufes), contemplada com bolsa de estudos da Ufes, tendo como Orientador Prof. Dr. Luiz Cláudio Moises Ribeiro.

Resumo

O objetivo principal deste trabalho é compreender a importância da Fazenda do Centro para a história e para o desenvolvimento da região sul capixaba, principalmente na emergência do local, onde hoje é o município de Castelo. Para esta finalidade, iremos fazer uma análise de conteúdo com um recorte temporal de 1845 a 1900, desde a construção da fazenda até o seu abandono no final do século XIX. Nesta pesquisa foram utilizados como fontes primárias os jornais que circulavam no Estado do Espírito Santo, no período em questão, confrontados com a historiografia capixaba. A partir de meados do século XIX, a localidade viveu seu apogeu com o ciclo do café, com a exploração da mão de obra escrava, a construção da sede da fazenda e a estação de trem. Foi no seu entorno que se iniciou o povoamento da região, mas devido a não realização do projeto de levar o trem até o seu terreno, foi perdendo a atividade econômica, que se deslocou montanha abaixo, onde hoje é a sede do município de Castelo. A fazenda ocupou lugar de destaque no desenvolvimento, na religiosidade, na cultura e na política local, marcando assim seu lugar na história.

Palavras-chaves: Fazenda do Centro, Castelo, Espírito Santo.

Abstract

The main objective of this work is to understand the importance of Fazenda do Centro for the history and development of the south region of the Espírito Santo state, mainly in the emergency of the local, actually known as the city of Castelo. For this purpose, we will make a content analysis, with a time cut, from 1845 to 1900, since the construction of the farm until its abandonment, in the end of the XIX century. In this search were used as primary sources the newspapers that circulated in the state of Espírito Santo in that time, faced to the historiography of the place. From the middle of the century XIX, the locality lived its heydays with the coffee cycle with the exploitation of slave labor, the construction of the farm headquarters and the train station. It was in its surroundings that started the settlement of the region, but due to not realizing the project to take the train to the land, it started to lose economic activity, that moved down the mountain, where today is the seat of City of Castelo. The farm took a prominent place in the development, in religiosity, in the culture and local politics, marking its place in history.

Keywords: Fazenda do Centro, Castelo, Espírito Santo.

Introdução

A Fazenda do Centro e seu entorno marcaram seu lugar na história do sul capixaba. Desde o século XVII, foi palco de disputas indígenas, escravização africana e ocupação de imigrantes. Suas terras, também foram marcadas pela religiosidade. Jesuítas e Agostinianos mostraram interesses por elas, muito embora, algumas vezes, esses interesses possam ter sido mais interesses econômicos do que religiosos.

A fazenda teve a construção da sua sede, realizada pelo major Antonio Vieira Machado da Cunha, aproximadamente em 1845, chegando a ter mais de 300 escravizados, alguns autores chegam a relatar 600 escravizados, e foi nas suas proximidades que se intensificou o povoamento da região. A fazenda contava com uma estação de trem, mas a não reali-

zação do projeto de levar o trem até lá, fez com que a localidade fosse perdendo a atividade econômica, que acaba por se deslocar para os arredores da última estação de trem da Ferrovia Caravelas, a “Estação do Castello”, onde hoje se situa a sede do município de Castelo. Após a morte do major, seu genro Manoel Fernandes Moura, assume o comando da fazenda e dos negócios da família.

A fazenda conheceu a derrocada e o abandono no final do século XIX, pois com a morte de Manoel Fernandes Moura, a fazenda foi abandonada, já que seus herdeiros não quiseram ficar por lá. No início do século XX a fazenda foi comprada, na figura do Frei Manoel Simón, que pertencia à Ordem Religiosa dos Agostinianos Ricolotos, e que em poucos anos, realizou a divisão da terra em lotes e os vendeu às famílias de imigrantes italianos. Essa venda trouxe

novamente a ocupação para a região. O terreno, com o edifício da sede da fazenda, ficou sob responsabilidade dos Agostinianos, tendo no início abrigado um seminário, e posteriormente utilizado como escola. Na fazenda, se encontra uma capela que recebeu muitos batizados e casamentos, seu terreiro também recebeu inúmeras festas religiosas ou não. Essas manifestações religiosas ficaram registradas em fotos e na memória de vários moradores da região.

Mas apesar de seu importante papel local, o abandono viria novamente no final da década de 1980. Em 1984, o prédio da fazenda é tombado como patrimônio estadual pelo Conselho Estadual de Cultura (ESPÍRITO SANTO, 1984). Uma malsucedida tentativa de restauração do edifício sede e da capela, a retirada do telhado e o abandono do projeto deixaram as paredes expostas a intempéries, colocando a fazenda em ruínas, com o perigo iminente de todo o prédio ruir. Com a criação do Instituto Frei Manoel Simón (IFMS), em 2005, responsável pela gestão do prédio, o projeto de restauração é novamente resgatado, mas desta vez tendo o governo do Estado do Espírito Santo e o Ministério da Cultura como parceiros. A Fazenda do Centro voltou a ocupar um lugar na memória e na história da localidade, passando a desempenhar verdadeiramente o seu papel de patrimônio.

O objetivo principal desse trabalho é compreender a importância da Fazenda do Centro para a história, e para o desenvolvimento do sul capixaba, principalmente na emergência do local, onde hoje é o município de Castelo. Como objetivos específicos: iremos analisar a influência de seus dois primeiros proprietários – o major Antonio Vieira Machado da Cunha e seu genro Manoel Fernandes Moura e descrever a importância da Fazenda do Centro para o desenvolvimento da localidade, contribuindo para a formação, o desenvolvimento, a religiosidade, a cultura e a memória do município da região sul capixaba. Para esta finalidade, iremos fazer o recorte temporal de 1845 a 1900, desde a sua construção pelo major até a morte de seu genro, e seu abandono.

Faremos uma análise de conteúdo que, para Bardin (2016, p.15), “é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução [...] oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade”. Como principais fontes primárias usaremos os jornais capixabas da referida época, disponibilizados na base de dados da Hemeroteca Digital Brasileira (HDB) da Biblioteca Nacional, e para tal utilizaremos como mecanismo de busca os nomes dos dois proprietários – Antonio Vieira Machado da Cunha e Manoel Fernandes Moura, – além do nome da fazenda, Fazenda do Centro.

Como o uso dos nomes sem aspas trouxe um número de ocorrências muito grande e sem precisão, optamos por fazer a busca dos nomes citados entre aspas, o que aumentou a precisão na busca. Sabemos que, a HDB ao utilizar a ferramenta de Reconhecimento Óptico de Caracteres (Optical Character Recognition – OCR), pode gerar inconsistências nos termos pesquisados. Segundo Brasil e Nascimento (2020), as ocorrências obtidas nas pesquisas na HDB, não nos trazem a totalidade das vezes que o termo pesquisado, aparece no periódico. No que tange aos objetivos deste trabalho, conseguimos satisfazê-los com a ferramenta de busca OCR. Como fontes secundárias daremos ênfase à historiografia capixaba.

A Fazenda do Centro e o Major Antonio Vieira Machado da Cunha

O século XIX desponta como um novo momento para a economia brasileira, o ouro com sinais de esgotamento, tem sua produção drasticamente reduzida. Outra atividade que está em declínio é a açucareira. Neste contexto, surge no cenário econômico brasileiro uma nova cultura, o café. Para Prado Junior (1994), o café muda a região de destaque na economia do Brasil, deixando para trás a região Norte do país e elevando a lugar de destaque a região Centro-Sul.

Ainda segundo o autor, a economia brasileira passou por grandes transformações na segunda me-

tade do século XIX, e essas se deram principalmente na distribuição das atividades produtivas, sendo responsável até mesmo por uma nova identidade do país. Para o Espírito Santo (2009), foi no local da fazenda que se iniciou essa mudança econômica, do que futuramente seria o município de Castelo. Essa mudança na economia, contudo, não mudou a mão de obra utilizada – a exploração de escravizados africanos. A Fazenda do Centro fez uso da mão de obra escravizada, chegando a ter 600 escravizados, e perto da assinatura da Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, a fazenda ainda mantinha cerca de 200 escravizados.

O major e sua família vieram do Rio de Janeiro, do Vale do Paraíba, região de destaque na produção cafeeira do país, mas por diversos fatores, o local teve um declínio na economia: o esgotamento do solo, a erosão e o fortalecimento do oeste paulista na produção de café. Para Batista (2019), a explosão cafeeira no sul do Espírito Santo está intimamente ligada ao Vale do Paraíba e à cultura cafeeira escravista, pois era a região sul do estado, o principal destino dos fazendeiros com produção em declínio. No sul do Espírito Santo, Antonio Vieira Machado da Cunha e seus irmãos compraram uma grande quantidade de terras na localidade, que já foi conhecida como Missões do Castello ou Minas do Castello. Segundo Gomes (2019), ali construíram suas fazendas de café: Fazenda do Centro, Fazenda do Fim do Mundo, Fazenda São Manoel, Fazenda da Povoação, Fazenda Independência. Observando o mapa do município de Castelo na atualidade, é possível verificar que mais da metade das terras, do atual município, fizeram parte destas fazendas.

A Fazenda do Centro, segundo livro escrito pelo Agostinianos, *Crônicas de la Provincia de Santo Tomás de Villanueva - década segunda* (1909-1919), e citado por Frauches (2010), chegou a ter uma área de mais de 154.000.000m², o edifício contava segundo o relato do início do século XX, com mais de 30 cômodos em dois andares de construção.

Por las mediciones hechas por el Departamento de Tierras y Colonizaciones em 1878 y título de 1898, que deben estar archivadas em el registro de Tierras, consta que esta hacienda posee 154.993.280 metros cuadrados, o sea 3.202 alquieres geométricos.

Esta enorme propiedad comienza em la división de las aguas de los rios-Jucú, Beneventes y S. Cristóbal al Este; al Sur por las haciendas da Crimea, S. Cristóbal y Colônia do Rio Novo; al Oeste por las haciendas de crimea, S. Manuel, Povoação e Bella Aurora; y finalmente al Norte por el Rio Jucú.

Además de una enorme casa de morada, ingenio de café, mecanismo para beneficiar la caña, mandioca, maiz, rícino, casa de negócios, serraria, graneros, corrales, caballerizas, ceba de puercos, secadores de café o terreros, honos para teja, ladrillos y cal, posee inmensos bosques virgenes com maderas de las mejores cualidades, perobas de varias espécies, jacarandás diversos, viñáticos, bálsamo, gurubús, sapucayas, corcundas, cangeranas, massarandubas, etc.

La hacienda está regada abundantemente em todos los lados por vários rios como S. Isabel, Corumbá, Vae-Vem, Telha, Paca, S.Luis, Saudade y otros diversos riachuelos. El rio Caxixe atraviesa toda la hacienda por una extensión superior a veinte kilómetros (CRONICA DE LA PROVINCIA DE SANTO TOMÁS DE VILLANUEVA, 1920, p. 661 apud FRAUCHES, 2010 p. 3-4).

A construção conta com uma varanda, que ocupa toda a extensão do andar superior, toda fechada com janelas de vidro, que segundo o IFMS seriam franceses, já que em 1845, data provável da construção da fazenda, o Brasil não contava com fábricas de vidros para esse fim. Nessa época – apesar de já ter contado com uma fábrica de vidro no século XVII durante a invasão holandesa, e posteriormente, em 1810, uma fábrica em Salvador – só havia no Brasil quem fabricasse garrafas, garrafões, frascos e globos

de lampiões. De acordo com a Pilkington (2021), uma das maiores fábricas de vidro para arquitetura do mundo, naquela época “para envidraçar as janelas, só comprando o produto trazido de fora pelas casas importadoras”.

Segundo relatos dos Agostinianos, a Fazenda do Centro foi assim descrita

La casa de habitación se compone de um frontispicio com 69 metros de frente, teniendo la parte central de los pisos con 23 metros de frontis. La casa tiene em el piso de bajo siete salones y 17 cuartos, la mayoría muy grandes. Em primer piso tiene dos salones y ocho salas.

Del lado de trás tiene dos galerías con cristales em el primer piso com 38 ventanas vidreiras. Todas las ventanas son com vidreiras. Todas las habitaciones del primer piso son entarimadas y com cielo raso más de la mitad. Hay cocia, despensa y agua encañada. Todo pintado al óleo y la casa, o mejor dicho, caserón em buen estado de conservación. (CRONICA DE LA PROVINCIA DE SANTO TOMÁS DE VILLANUEVA, 1920, p. 663 FRAUCHES, 2010, p. 7)

O complexo da fazenda contava ainda com uma estação de trem, com trilhos ingleses, que nunca foi usada, além de um aqueduto, que levaria água para a locomotiva maria-fumaça do trem. Tanto a estação de trem como o aqueduto ainda existem.

Buscando nos jornais capixabas da época, encontramos no jornal *Correio da Victória*, um despacho do Palácio da Presidência da Província do Espírito Santo, datado de 10 de novembro de 1857, onde o administrador das rendas provinciais, Olímpio Carneiro Viriato Catão, encarrega o major Antonio Vieira Machado da Cunha, como responsável pelo “melhoramento da picada de Guarapary para o Aldeamento, que acaba de ser aberta [...] a fim de torná-la [sic] transitável já para cavalheiros, e tropa; tenho resolvido mandar entregar-lhe por conta dessa despesa a quantia de 4:500\$ rs” (CORREIO DA VICTORIA, 1857, p. 1).

Em 23 de maio 1858, o relatório do vice-presidente da província do Espírito Santo, João Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, apresentado na abertura da Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo, relata na seção “Obras Públicas” que, no ano anterior, havia sido renovada a quantia que foi entregue ao major para tornar a estrada transitável (Guarapary – Aldeamento Imperial Affonsino – hoje Conceição do Castelo), o que nos leva a acreditar que, a responsabilidade de melhorar e conservar a estrada aberta, era do proprietário da Fazenda do Centro desde 1856. O relatório informa ainda que, a obra em 1857 havia começado em 22 de dezembro com 46 escravizados, mas que havia parado devido às chuvas e que com a abertura daquela estrada, o município de Guarapari e seu porto “se tornará mais frequentado, grande desenvolvimento se espera desta estrada, que facilita aos habitantes dos sertões de Itapemirim o transporte de seus gêneros e a aproximação do mercado” (ASSEMBLEIA, 1858, p.13).

No relatório de transferência da administração da presidência da província do Espírito Santo, do Presidente Antonio Alves de Souza Carvalho para o Vice-presidente João da Costa Lima e Castro, de 11 março de 1861, também da Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo, há o relato de verba destinada à abertura e conservação da estrada para Guarapari, entregue ao major Antonio Vieira Machado da Cunha. O relatório afirma, que além dos já gastos pelo major 3:835\$000, o presidente julgava necessário despender mais dinheiro para que o trânsito não fosse tão incomodo, assim indica que o Governo Imperial talvez possa concorrer com mais 16:000\$000, pois além de ligar a localidade e o Aldeamento à freguesia de Cachoeiro e a Guarapari, facilitava a ligação com Ouro Preto, e que “também se poderá ligar o caminho aberto pelo major Vieira com esta capital pela colônia Santa Izabel, fazendo-se um desvio a estrada São Pedro de Alcantara” (ASSEMBLEIA, 1861, p. 18). O relatório afirma também que, essa ligação facilitaria a compra de mercadorias de Minas Geras, pois essas compras eram feitas pelo Rio de Janeiro, o que causa-

va estranheza ao governo da província, pois o Rio de Janeiro era mais longe que Minas Gerais.

Araripe (1963) destaca a grandeza da fazenda e como as estradas eram importantes para o desenvolvimento da localidade, e ressalta a surpresa de ter encontrado na Fazenda do Centro maquinário inimaginável, devido às condições das estradas.

Com o tempo, suas instalações aumentaram com grande casa solarenga, armazéns, paióis, senzalas, engenhos de beneficiamento de café, arroz, moinho, oficina mecânica, capela, enfim um pequeno povoado, com banda de música própria. Foi um notável empreendimento. A maquinaria que ainda encontrei nessa fazenda, há poucos anos atrás, faz pensar no esforço [sic] inaudito que custou o transporte de pesadas peças àquelas alturas por caminhos de cargueiros e estrada carroçável (ARARIPE, 1963 p. 145).

Outras duas menções ao nome do major, encontramos no *Jornal da Victoria*, de 8 de julho de 1868, que na seção de falecimentos, comunicou a morte do major no dia 23 de junho de 1868. No jornal *O Estandarte*, de 28 de junho de 1868, encontramos uma nota da viúva D. Maria Leopoldina Vieira Ferraz, de sua filha Anna Izabel e o marido desta, Manoel Fernandes Moura, convidando a todos para a missa de sétimo dia que aconteceria na Fazenda do Centro. No mesmo jornal, de 13 de julho de 1868, encontramos três notas sobre o falecimento do major, uma da esposa, filha e genro agradecendo o comparecimento à missa citada anteriormente, uma da sociedade da Costa e Lima, que avisam que realizarão uma missa para a alma do amigo falecido, e uma da Junta Conservadora, que convida a todos os correligionários para a missa, liberando o amigo para o descanso eterno. Este convite, da Junta Conservadora, se repetiu no jornal *O Estandarte* de 19 de julho de 1868. Um ano depois, no dia 20 de junho de 1869, no mesmo jornal, a esposa, a filha e o genro de Antonio Vieira Machado da Cunha voltam a convidar os leitores para a missa de um ano de falecimento do major.

O falecimento do proprietário da Fazenda do Centro também deve destaque para Daemon, em seu livro *Província do Espírito Santo*, publicado em 1879 e reeditado pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo em 2010

Finou-se no dia 23 de junho deste ano o importante e abastado fazendeiro major Antônio Vieira Machado da Cunha, um dos primeiros exploradores das matas do Castelo, na vila do Cachoeiro, e que se estabeleceu montando uma grande fazenda a que deu o nome de Centro, nome do lugar em que os antigos mineiros das minas do Castelo trabalharam na extração do ouro, mudando o curso do rio desse nome para cujo fim romperam uma grande pedra para dar ao mesmo nova saída às águas, e prestar-se melhor à lavagem do cascalho. O major Cunha ocupou durante sua vida muitos cargos de eleição popular e de nomeação do governo, deixando fortuna abastada; foi um dos mais prestimosos chefes do Partido Conservador daquele município (DAEMON, 2010, p. 440).

A citação da morte do Major na cronologia do livro de Daemon, só confirma que a Fazenda do Centro ocupou lugar de destaque tanto na economia, como na política e na vida social da província do Espírito Santo.

Manoel Fernandes Moura e a Fazenda do Centro

O herdeiro da fazenda, em 1868, foi o genro do major, Manoel Fernandes Moura, que se casou com a única filha do major, Anna Isabel. Conforme relata Espírito Santo (2009), Manoel transformou a fazenda em uma rica produtora de café, e em 1870 possuía 161 escravos e 242 mil pés de café, além de animais, terras, instalações, senzala, equipamentos e a estação de trem.

Em 1870, o presidente da Província do Espírito Santo, Antonio Dias Paes Leme, fez uma viagem pela

província e passou pelo sul capixaba, o jornal *O Estandarte* de 10 de abril e o de 17 de abril de 1870 e o jornal *Correio da Victoria* de 21 de maio de 1870 noticiaram a viagem. O presidente chegou junto com o Ouvidor e com mais de 30 cavaleiros. Na fazenda do Ouvidor o esperavam figuras ilustres, entre eles Basílio Daemon. A caminho do Aldeamento Imperial Affonsino, o presidente da província chega à Fazenda do Centro e por lá pernoita.

Em 17 de junho de 1871, o jornal *Correio de Victoria* traz na seção de expediente do governo provincial, do mês de maio, uma citação de uma carta de Manoel Fernandes Moura ao inspetor geral de obras públicas, pedindo o conserto e a limpeza das estradas, pois o estado das mesmas era lastimoso. No dia 7 de outubro de 1871, o mesmo jornal traz o despacho do governo provincial, que designa o conserto das estradas que vão desde a divisa com Minas Gerais, até o porto de Itapemirim. Para isso o governo divide as estradas em seções, e as coloca sob responsabilidades de moradores das regiões. A seção que vai do ribeirão do Caxixe até a Povoação fica a cargo de Manoel Fernandes Moura. O governo da província publica ainda no jornal *Correio de Victoria* de 18 de maio de 1872, um comunicado de que os fazendeiros da região de Castelo, a maioria deles da família do falecido major (Vieira Machado Cunha), oferecem dias de trabalho totalizando 500, para serem utilizados no conserto das estradas da localidade. A oferta foi em agradecimento pelo atendimento ao pedido que tinham feito. A única exigência dos fazendeiros, era que a doação dos dias de trabalho ocorresse após a colheita de café daquele ano, já que o trabalho seria realizado pelos escravizados.

Na década de 1870 e 1880, os jornais *O Estandarte* e *O Cachoeirano* trazem vários anúncios publicados a pedido de Manoel Fernandes Moura, que oferecem recompensas para quem encontrasse os escravizados fugidos da Fazenda do Centro. Para Casagrande e Barbiero (2003), apesar de não haver comprovação arqueológica, é provável que o município de Caste-

lo tenha tido um lugar de refúgio e resistência para escravizados fugidos das grandes fazendas de café da região, na localidade que hoje, possui o nome de Quilombo. Atualmente, segundo levantamento do Ministério da Cidadania (BRASIL, 2015), não há comunidade quilombola em Castelo, mas há duas comunidades – Alto da Onça e Bicame, em Conceição do Castelo, que tem seu território iniciado com o Aldeamento Imperial Affonsino, que fica perto do local da Fazenda do Centro.

Em 1850, o Brasil publica a Lei de Terras, Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 (BRASIL, 1850b), determinando que a posse da terra a partir da lei só aconteceria por meio da compra, não haveria mais posse ou sesmaria. O proprietário de terras passaria a pagar imposto, o que desestimularia a manutenção de terras improdutivas. Segundo a Lei, a posse seria legitimada, após medição das mesmas, mapeando assim terras devolutas, áreas cultivadas, áreas improdutivas.

[...]

Art. 5º Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação[sic] primária, ou havidas do primeiro ocupante[sic], que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura, e morada, habitual do respectivo possessor, ou de quem o represente [...]

Art. 7º O Governo marcará os prazos dentro dos quaes[sic] deverão ser medidas as terras adquiridas por posses ou por sesmarias, ou outras concessões, que estejam por medir, assim como designará e instruirá as pessoas que devam fazer a medição, atendendo[sic] às circunstâncias[sic] de cada Província, comarca e município, o podendo prorogar[sic] os prazos marcados, quando o julgar conveniente, por medida geral que compreenda[sic] todos os possuidores da mesma Província, comarca e município, onde a prorrogação[sic] convier. (BRASIL, 1850b).

Conforme Costa (1999), a partir desta lei há uma inversão no poder estabelecido no país, ou seja, a partir de 1850, o prestígio social passa a derivar do prestígio econômico e não mais do prestígio econômico produto do prestígio social. A posse da terra passa a dar poderio econômico aos latifundiários. Segundo Casagrande e Barbiero (2003), muitos fazendeiros que ocupavam terras devolutas antes da lei de terras, só começam a registrar suas terras após 1860, pois já que teriam que pagar impostos sobre a terra, muitos esperavam a mesma começar a produzir para requerer a medição, como mandava a lei, pois ainda segundo Costa (1999), o Império passa a usar a cobrança de imposto para forçar o uso produtivo da terra. No ano de 1877 o jornal *O Cachoeirano* publica na sua edição de 23 de dezembro, um edital comunicando o pedido do fazendeiro Manoel Fernandes Moura, para medição das terras da Fazenda do Centro. O edital informa que será feita a medição e pede que os confrontantes com a fazenda acompanhem a medição, e que se manifestem quanto a alguma divergência. No jornal *A Actualidade*, do dia 21 de junho de 1878, na seção de atos oficiais, é publicada no despacho da Secretaria de Governo, a liquidação da medição das terras de Manoel Fernandes Moura com data de 18 de junho de 1878.

A Fazenda do Centro também se fez presente na religiosidade católica local. No dia 15 de janeiro de 1882 no jornal *O Cachoeirano*, Manoel Fenandes Moura manda publicar um anúncio, que ocupa quase um quarto de uma folha do jornal, conclamando todos os moradores da vila para comparecer no dia 2 de fevereiro à Festa do Divino Espírito Santo, em pagamento a uma promessa, onde aconteceriam uma procissão passando nas ruas da vila, uma missa cantada, um sermão e o *Te-Deum* – uma oração realizada em solenidade de ação de graça. O anúncio foi publicado também no mesmo jornal, no dia 22 de janeiro. Já no dia 5 de fevereiro, o jornal apresenta uma nota em que fala do brilhantismo da festa ocorrida na Fazenda do Centro

Festa do Divino Espírito Santo – Teve lugar no dia 2 a festividade promovida pelo Sr. Manoel Fernandes Moura na capella[sic] do Senhor dos Passos, tendo nella[sic] oficiado os Rvms. Vigario Sampaio e Mello, Padre José Maria Dias e conego Aureliano Procopio Lopes, que proferio um eloquente e bem deduzido sermão.

A orchestra [sic] foi dirigida pelo Sr. Antonio Delfino do Nascimento.

A música particular do Sr. Moura exhibio-se[sic] pela primeira vez nesta villa[sic] não só nas cerimonias sagradas, como em tocatas pelas ruas. Durante a missa executaram solos as Exmas Sras. D. D. Anna Toledo de Loyola e Amelia Bernardes de Toledo, que obsequiosamente concorrem para o brilhantismo da festa.

A tarde percorreu as ruas do lado do sul e norte com numeroso acompanhamento popular.

Nossos parabéns aso Sr. Moura por haver tão bem correspondido a expectativa pública. (O CACHOEIRANO, 1882, n. 6, p. 1, grifo do autor)

No ano seguinte, o mesmo jornal publica na sua edição do dia 18 de fevereiro, os preparativos para a festa de São Benedito, que iria acontecer na localidade, mais uma vez o nome de Manoel Fernandes Moura é citado, desta vez tendo sido eleito para juiz da festa.

Em 1885, novamente o sul capixaba recebe uma visita do presidente da província e a Fazenda do Centro é novamente visitada. Segundo o jornal *O Cachoeirano* do dia 28 de junho de 1885, a excursão do presidente seria para o Rio Pardo, e ele passou na propriedade de Manoel Fernandes Moura na viagem de ida. O presidente foi recebido com foguetes e música. Aqui, novamente, a banda da Fazenda do Centro composta por escravizados, traz música para os visitantes, inclusive conforme relata o jornal, a

banda tocou o hino nacional. “À noite foi oferecido um suntuoso jantar onde a mais linda variedade de delicados vinhos, rivalizavam com os mais delicados pratos” (O CACHOEIRANO, 1885, n. 26, p. 3). A banda tocou durante o jantar e depois houve um concerto musical, intercalado com discursos e poemas. No dia seguinte, o presidente foi visitar a Fazenda do Centro, e o jornal afirma que nessa data a fazenda contava com quase duzentos escravizados.

Na viagem de volta, o presidente também fez uma parada na Fazenda do Centro, também chega à noite e tem igual recepção – foguetes, música e um jantar magnífico. Ao amanhecer Sua Excelência foi acordado pela banda e ainda pela manhã inaugurou uma escola para ambos os sexos. O jornal do dia 5 de julho de 1885 afirma que os presentes se emocionaram com a inauguração e o discurso, e com a maravilhosa e humanitária ideia do proprietário da fazenda em abrir a escola. No dia 19 de julho, o mesmo jornal traz uma nota da inspetoria da instrução pública, relatando que estava ciente da inauguração da escola para 46 alunos, pelo Presidente da Província, e exaltava o serviço prestado pelo Sr. Manoel Fernandes Moura, que mereceria todos os louvores do governo.

Em 1880 e 1886 o bispo Dom Pedro Maria de Lacerda, da Diocese do Rio de Janeiro da qual o Espírito Santo fazia parte, realiza uma visita à Província. Em seus diários de viagem, ficaram registrados todas as visitas feitas em terras capixabas. Na segunda visita, o bispo passou pelo sul capixaba e visitou várias fazendas, dentre elas as que pertenciam à família Vieira Machado da Cunha, algumas já desmembradas em outras, como forma de assentar os filhos. O bispo chega à Fazenda do Centro em 11 agosto de 1886, e registra em seus diários que teria vindo da Corte no mesmo vapor que o dono da fazenda. O bispo registra assim sua passagem pela fazenda:

Aqui nestes campos, está a grande fazenda do Sr. Manoel Fernandes Moura, o homem mais rico desta Província, [...] A casa é grande, mas na frente não tem os ares de grandeza e nobreza, [...] atrás sim vi

uma varanda envidraçada que representa alguma coisa (LACERDA, 2012, p. 408).

O bispo não adentra a casa da Fazenda do Centro, pois o Sr. Moura, apesar de ter sido muito educado com ele, vivia em adultério com uma escravizada. E ainda segundo relato do bispo, o Sr. Moura não teria deixado a esposa, D. Anna Izabel, entrar em casa, quando ela havia chegado da corte. Contudo, o bispo fica na casa do administrador da fazenda, para mostrar a Manoel Fernandes Moura que não havia parado na casa grande, devido à situação de adultério e não por desafeto a ele. A relação entre D. Anna Isabel e Manoel F. Moura não era boa, e segundo Espírito Santo (2009), na época, a morte dele em uma viagem de volta a Portugal, onde foi com a esposa, levantou suspeita sobre o papel da mesma na morte do marido.

Manoel Fernandes Moura também exercia a atividade de comércio em sua fazenda. Com o nome de *Economia do Castello*, seu estabelecimento comercial anunciava a partir de 1883, nos jornais *O Cachoeirano* e *O Estandarte*, que lá se encontraria um completo sortimento de fazendas, inclusive linho, linho branco, riscado e algodão para roupas de escravizados. Além de louças, ferragens, querosene, molhados, armário, calçados, arreios, drogas, fumo e gêneros do país. O anúncio também prometia melhor preço da região já que, o proprietário comprava as mercadorias pessoalmente na Corte e a dinheiro.

Em 1886, é realizada em Cachoeiro de Itapemirim a “Exposição Regional Sociedade de Imigração”, Moura participa ativamente da comissão organizadora e também como expositor. O objetivo dessa exposição, segundo publicação no jornal *O Cachoeirano* de 22 de agosto de 1886, era dar visibilidade ao café de Itapemirim e apresentar outros produtos. Na exposição, que ocorreu no dia 2 de dezembro de 1886, data escolhida por ser o dia do aniversário de Dom Pedro II, a Fazenda do Centro participa expondo mais de vinte tipos de madeira de lei – jacarandá roxo, peroba vermelha, jatobá, peroba branca, sucupira, cedro, jacarandá, graúna, entre outros (O CACHOEIRANO,

DO, 1886, n.49, p. 3). A exposição também tinha como objetivos: a criação de uma sociedade de imigração e colonização; discutir as dificuldades que as lavouras estavam enfrentando; discutir também a transição da mão de obra escravizada na lavoura, que geraria uma transformação do sistema de trabalho.

A Lei de 7 de novembro de 1831 (BRASIL, 1831) proibia o tráfico de escravizados, mas efetivamente o tráfico negreiro só foi proibido com a Lei Euzébio de Queiroz (BRASIL, 1850a). A mão de obra escrava já não supria a demanda das fazendas, e o tráfico interno ainda sobreviveu por muitos anos, principalmente o remanejamento da mão de obra escravizada das fazendas açucareiras do nordeste do país para as fazendas de café da região sul e sudeste. Além disso, a pressão de vários segmentos da sociedade e de parceiros comerciais do Brasil, como a Inglaterra, fez com que o Império iniciasse, com mais fervor, a política de imigração como forma de manter a demanda crescente de mão de obra.

Somando-se a isso, temos a Lei do Sexagenário de 1885 (BRASIL, 1885), que tornava livre os negros escravizados com mais de 60 anos, o que libertava poucos escravos, pois poucos conseguiam chegar a essa idade, devido à longa carga de trabalho e aos maus tratos. No jornal *O Cachoeirano*, a Fazenda do Centro começa a aparecer listada como fazendas que tem escravizados com mais de 60 anos a libertar a partir de 1886. Não apenas a fazenda de Manoel Fernandes Moura aparece nas listas, mas todas da região, mas o que podemos notar é que a média dessas listas só apresentam um, dois, ou no máximo três libertos por fazenda.

Além da mudança na mão de obra, era preciso modernizar o transporte da produção cafeeira. As ferrovias eram símbolos do progresso e do desenvolvimento e estar perto de uma estação era beber desse desenvolvimento, fazer parte dele, pois isso geraria facilidade em embarcar suas mercadorias, exportar, além de receber produtos diretamente sem ter que pagar um frete maior.

O mais provável é que, se a ferrovia tivesse chegado a terras da Fazenda do Centro, ali se daria a

criação do núcleo de povoação, mas isso não se concretiza, pois, os trilhos não chegaram até ela, apesar da construção da estação. A cidade atual cresceu em torno da Estação Castello, a última estação construída na Ferrovia Caravelas, que inicialmente tinha o projeto de ir até a Fazenda do Centro. A Estação Castello foi inaugurada em 1887.

A inauguração da estrada de ferro Caravelas se transformou em um verdadeiro evento para a região sul do Espírito Santo. Durante vários dias, os jornais da região e da capital anunciaram com antecedência a expectativa da inauguração (FERREIRA, 2015, p. 80).

Mais uma vez a Fazenda do Centro e seu proprietário aparecem em cena, na inauguração da ferrovia. O jornal *O Cachoeirano* de 25 de setembro de 1887, traz as notícias da inauguração da Estrada de Ferro, que ocorreu no dia 16 de setembro de 1887. O trem que saiu de Cachoeiro para ir até a Estação Castello, levou o Presidente da Província Antônio Leite Ribeiro de Almeida. Eles saíram no dia 16 pela manhã e foram parando nas estações: Mattosinhos; Alegre. À tarde, partiram da estação de Alegre novamente para a estação Mattosinhos. Todo o caminho foi feito com celebração e paradas para discursos e “lunch”. No dia 17, o presidente da província, com alguns convidados, parte para a inauguração do ramal até a Estação Castello. Mais uma vez a banda de música composta por escravizados da Fazenda do Centro tocava em um evento de importância para a localidade.

No dia 17 seguiu s.ex. com alguns convidados em trem especial para o Castello as 7 horas e ¼ da manhã, chegou a Mattosinhos as 8 horas e dahi [sic] seguiu as 8 e 55”.

As 9 e 20” encontrou o trem que vinha do Castello com a banda de muzica [sic] da fazenda “Centro”, pertencente ao sr. M. Fernandes Moura. (O CACHOEIRANO, 1887, n.39, p. 1-2).

No jornal *O Cachoeirano*, do dia 30 de outubro de 1887, é publicado um anúncio onde é comunicada a transferência da casa comercial da Fazenda do Centro para a Estação Castello

Moura & C.^a comunicam aos seus fregueses e amigos que em substituição a sua casa comercial estabelecida na fazenda do – Centro – abriram outra na – Estação do Castello – onde encontrarão um grande, bonito e variado sortimento de todos os artigos concernentes a seu ramo de negócio, que vendem por preços muito reduzidos.

Esperam, pois, a continuação de sua honrosa confiança e da proteção que lhes têm dispensado.

Estação do Castello, 21 de outubro de 1887. Moura & comp. (O CACHOEIRANO, 1887, n. 44, p. 4)

Para Casagrande e Barbiero (2003), a mudança da casa comercial tem um grande significado na formação do novo núcleo populacional. No anúncio, o genro do major Vieira Machado da Cunha anuncia a transferência da sua casa comercial, para a Estação Castello, e o fechamento da sua casa comercial localizada na Fazenda do Centro. A chegada dos trilhos teve um significado muito importante para a região, a ponto do maior fazendeiro e comerciante não hesitar em transferir sua casa comercial para junto da estação. Podemos perceber que essa mudança se dá um mês após a chegada do trem e os anúncios nos jornais passam a apenas indicar o comércio na estação.

A partir de 1874, a entrada de imigrantes, principalmente os italianos, se intensifica no Brasil, e o Espírito Santo é um dos primeiros a receber imigrantes italianos. A abolição da escravatura é iminente e os fazendeiros começam a receber famílias de imigrantes para irem se preparando para a mudança de sistema de trabalho, que não tardaria a chegar. No jornal *A Província do Espírito-Santo* do dia 15 de abril de 1888 foi publicada a seguinte notícia

Colonos agricultores - Ao capitalista Manoel Fernandes Moura, proprietário da fazenda “Centro”, no município do Cachoeiro de Itapemirim, concedeu o governo auctorização [sic] para mandar vir dez famílias de agricultores europeus, mediante os favores da legislação vigente. (1888, n. 1628, p. 2, grifo do autor)

Esse comunicado foi publicado a menos de um mês da assinatura da abolição. A localidade de Castello recebeu imigrantes pela iniciativa de fazendeiros, mas não recebeu diretamente imigrantes pela iniciativa do governo. Para lá se dirigiram, no início do século XX, imigrantes, principalmente dos núcleos da Colônia Rio Novo (na região do rio Benevente) e da Colônia Castello (atualmente região de Alfredo Chaves). Imigrantes que, após experiências infrutíferas nas suas respectivas colônias, veem a possibilidade de comprar terras das antigas fazendas, pois muitos fazendeiros não conseguiram manter a mesma estrutura nas fazendas. Com a troca da mão de obra escravizada para a mão de obra livre, quer seja por não terem se preparado a tempo para essa mudança, ou por não terem acreditado que a partir daquele momento teriam que pagar para ter mão de obra.

O jornal *O Constitucional* de 23 de setembro de 1888, traz na seção telegramas, a transcrição de duas mensagens em comemoração aos festejos do dia 7 de setembro

Exmo Conselheiro Costa Pereira – Côrte – Povo desta Villa, arredores festeja muito entusiasmo [sic] dia de hoje. Dr. Ferraz, genro de Manoel Fernandes Moura, saudou a aurea lei de 13 de Maio em seu nome e no de seu sogro.

Uma das ditas musicas veio especialmente da fazenda – Centro- de Moura demonstrar conteutamento [sic] proprietário.

Exm. Presidente província – Victoria – Povo d'esta villa com entusiasmo [sic] sauda a dacta [sic] de hoje.

Duas bandas musicais percorrem as ruas iluminadas [sic]. Na casa câmara municipal ergueram-se vivas a S.S.M.M. Imperiais, a Priceza [sic] Imperial, ao dia de hoje e a lei de 13 de Maio.

O fazendeiro capitalista Moura mandou a banda musical de sua fazenda composta de libertos festejar a nossa independência.

Festa esplêndida e concorrida (O CONSTITUCIONAL, 1888, n. 22, p. 1)

Pelo conteúdo dos telegramas transcritos, os fazendeiros saudam a nova lei, a Lei Áurea de 13 de maio de 1888, que põe fim à escravidão no Brasil, mas os festejos são mesmo para o aniversário da Independência. O conteúdo faz alusão a negros libertos continuarem a trabalhar na Fazenda do Centro, mesmo após a abolição, pelo menos no que diz respeito à banda de música.

Pelos próximos dez anos, os jornais pesquisados trazem o nome de Manoel Fernandes Moura, sempre ligado à Fazenda do Centro e ao seu comércio junto à Estação Castello. Ele desfaz sua sociedade Moura & C., entra em outra, a Daunas, Moura e C., sendo possível acompanhar essa movimentação pelas publicações, principalmente, do jornal *O Cachoeirano*. O ano de 1898 marca o falecimento de Manoel Fernandes Moura, a bordo do vapor *Malange* regressando de uma viagem com a família a Portugal, no dia 4 de setembro. O jornal *O Estado do Espírito Santo*, traz a notícia da morte do “conceituado e honrado lavrador Manoel Fernandes Moura [...] seu cadáver foi embalsamado [...] sendo em seguida transportado para a Capital Federal, onde foram encerrados os seus despojos” (1898, n. 225, p. 1).

O jornal *O Cachoeirano* traz a notícia da morte do proprietário da Fazenda do Centro, no dia 11 de setembro de 1898, lamentando a perda e afirmando que o fazendeiro deixa muitos amigos e numerosa família. A partir da notícia da morte do Sr. Moura o jornal *O Cachoeirano* começa a publicar vários anúncios de pe-

sar pela morte, convite para missas pela alma, missas de 30 dias de falecimento. Uma inclusive, publicada no dia 2 de outubro de 1898, iria ser realizada no dia 5 de outubro de 1898 na Estação Castello.

Segundo Espírito Santo (2009), com a morte de Manoel Fernandes Moura, a família herdeira do major, entrega a administração da Fazenda do Centro nas mãos de um feitor, que não consegue o intento de manter a fazenda produzindo. A partir 1899, o nome de Manoel Fernandes Moura já figura nos jornais com dívida ativa. *O Cachoeirano* traz na edição n. 16, de 23 de abril de 1899, uma dívida em nome do fazendeiro no valor de 4:666\$000. O nome do fazendeiro ainda consta como devedor, em lista publicada no mesmo jornal, no ano de 1900. Em 1902, há uma menção ao mau estado de conservação das estradas, que passam pela Fazenda do Centro. Essas informações corroboram com o abandono que a fazenda foi encontrada, quando vendida à Ordem Religiosa dos Agostinianos Ricoletos.

Considerações finais

Concluímos com essa pesquisa que, a Fazenda do Centro, no período entre sua fundação até o seu abandono pelos herdeiros de Manoel Fernandes Moura, desempenhou um papel de grande importância para a localidade que hoje é o município de Castello, e também para o sul capixaba. Mesmo que em muitos momentos os interesses próprios falassem mais alto, seus proprietários colaboraram para a abertura e conservação das estradas que serviram de rotas de viagens, rotas de escoação da produção de café e de outras culturas agrícolas. Essas estradas permitiram também, viagens das autoridades governamentais e religiosas.

A Fazenda do Centro marcou seu lugar de destaque também na religiosidade local, e continuou mesmo no século XX como palco de festas religiosas, batizados, casamentos que marcaram a memória da população do seu entorno. Consideramos que

a influência do major Antonio Vieira Machado da Cunha e seu genro Manoel Fernandes Moura contribuíram para o desenvolvimento, tanto do local onde se ergueu a Fazenda do Centro, como também o local onde se instalou a Estação do Castello, partindo dali a futura cidade de Castello.

A Fazenda do Centro viveu intensamente as mudanças pela qual passou a sociedade, as mudanças econômicas, os diferentes sistemas de trabalho. Conheceu o apogeu e a declínio, a opulência e a decadência, a fortuna e as dívidas. Todas essas movimentações contribuíram para marcar o seu lugar de destaque na história do sul capixaba.

Referências

- A ACTUALIDADE: órgão do Partido Liberal (ES). Vitória, 1878. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=%5Bcache%5Drosa_16388007308596.DocLstX&pesq=. Acesso em: 15 jan. 2021.
- ARARIPE, T. de A. A colonização do município de Castello: ligeiras notas. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, n. 63-64, a. 16, p. 129-150, jul./dez. 1963.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DO ESPÍRITO SANTO. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa provincial*. 1858, n. 1, p. 15. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=287130&Pesq=%22Antonio%20Vieira%20Machado%20da%20Cunha%22&pagfis=1078>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DO ESPÍRITO SANTO. *Relatório de transferência de administração*. 1861, n. 2, p. 18. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=287130&Pesq=%22Antonio%20Vieira%20Machado%20da%20Cunha%22&pagfis=1373>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO-SANTO: jornal consagrado aos interesses provinciais, filiado à escola liberal (ES). Vitória, 1882-1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=301582&pagfis=1>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- BARDIN, Laurnce. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. *Lei de 7 de novembro de 1931*. Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-7-11-1831.htm#:~:text=LEI%20DE%207%20DE%20NOVEMBRO,aos%20importadores%20dos%20mesmos%20escravos.&text=1%-C2%BA%20Todos%20os%20escravos%2C%20que,vindos%20de%20f%C3%B3ra%2C%20oficinas%20livres. Acesso em: 14 fev. 2021.
- BRASIL. *Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850*. Rio de Janeiro, 1850a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm. Acesso em: 14 fev. 2021.

BRASIL. *Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850*. Rio de Janeiro, 1850b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lo601-1850.htm#:~:text=LEI%20N%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais. Acesso em: 25 fev. 2021.

BRASIL. *Lei 3.720, de 28 de setembro de 1885*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3270.htm. Acesso em: 14 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. *Levantamento de comunidades quilombolas*. 2015. Disponível em: http://www.mds.gov.br/web/arquivos/arquivo/cadastro_unico/levantamento-de-comunidades-quilombolas.pdf. Acesso em: 25 fev. 2021.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes, História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 196-219, jan./abr. 2020.

CASAGRANDE, André Dell'Orto; BARBIEIRO, Maria Helena Mion. *Castelo: Da Pré-História ao início do século XX*. Prograf, 2003

CORREIO DA VICTORIA. Vitória, 1849-1872. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218235&pagfis=1>. Acesso em: 15 fev. 2021.

COSTA, Emilia Viotti da. Políticas de terras no Brasil e nos Estados Unidos. In: *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: UNESP, 1999, p. 171-195.

BATISTA, Márcia Regina. O processo de transição da mão de obra escrava para a livre e a imigração no Espírito Santo do século XIX. In: DADALTO, Maria Cristina; MARLOW, Sergio Luiz (Orgs.). *Lugares e pessoas: movimentos migratórios no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Ed. Bonecker, 2019, p. 21-37.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. 2. Ed. Vitória: Secretaria de Estado de Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Conselho Estadual de Cultura. *Resolução nº 5 de 13 de setembro de 1984*. Vitória, 1984.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Conselho Estadual de Cultura. *Arquitetura: patrimônio cultural do Espírito Santo*. Vitória/ES: Secult, 2009

FERREIRA, Claudia da Silva. *Estrada de Ferro Caravelas: trilhos pioneiros da trajetória socioeconômica do sul do Espírito Santo*. 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

FRAUCHES, Arlette Passamani. Fazenda do Centro: lugar e memória. In: Seminário de Patrimônio Agroindustrial, 2., 2010, São Carlos. *Anais Eletrônicos*.... Disponível em: <https://www.iau.usp.br/sspa/arquivos/pdfs/papers/01545.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

GOMES, Ademildo. Um bispo no vale do Castello (1886). In: DADALTO, Maria Cristina; MARLOW, Sergio Luiz (Orgs.). *Lugares e pessoas: movimentos migratórios no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Ed. Bonecker, 2019, p. 63-79.

JORNAL DA VITÓRIA (ES). Vitória, 1864-1869. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218260&pagfis=1>. Acesso em: 10 jan. 2021.

LACERDA, Dom Pedro M. *Diários das visitas pastorais de 1880 e 1886 à província do Espírito Santo*. Vitória: Phoenix, 2012.

O CACHOEIRANO: órgão do povo – columnas francas a todas as inteligências (ES). Cachoeiro, 1877-1923. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217719&pagfis=1>. Acesso em: 10 jan. 2021.

O CONSTITUCIONAL: órgão do Partido Conservador (ES). Itapemirim, 1885-1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721042&pagfis=1>. Acesso em: 20 fev. 2021.

O ESTADO DO ESPÍRITO-SANTO: ordem e progresso (ES). Vitória, 1890-1911. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=229644&pagfis=1>. Acesso em: 25 fev. 2021.

O ESTANDARTE: jornal político, litterário e noticioso. Cachoeiras de Itapemirim, 1868-1873. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029203&pagfis=1>. Acesso em: 5 jan. 2021.

PILKINGTON. *História pré-industrial do vidro no Brasil*. Tóquio, 2021. Disponível em: <https://www.pilkington.com/pt-br/br/about-us/historia/historia=-pre-industrial-do-vidro-no-brasil#:~:text=Fundada%20em%201882%2C%20no%20Rio,frascos%2C%20copos%20e%20outros%20cristais>. Acesso em: 25 fev. 2021.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, cap. 16-19, p. 157-191.

